



EXPERIÊNCIAS DOCENTES E DISCENTES

Racismo institucional na saúde: aprendendo com a experiência do evento “Saúde Racista”

Institutional racism in healthcare: learning from the experience of the "Racist Health" event

Racismo institucional en la atención sanitaria: aprendizajes de la experiencia del evento "Salud racista"

 Laisny Rita Oliveira Vilas Boas*
 Maria Fernanda Batalha Marques**
 Francine da Costa Alves***

RESUMO

Introdução: As diferentes vertentes do racismo que afetam a população negra no Brasil representam não apenas uma barreira ao acesso aos serviços de saúde pública, como também um obstáculo à inserção dessa população na educação superior em cursos de saúde. **Objetivo:** Descrever a experiência de participar de evento presencial sobre o racismo institucional na área da saúde. **Relato da experiência:** Trata-se de um relato de experiência sobre o evento “Saúde Racista - como viemos parar aqui?”, organizado pelo Coletivo Negro Luísa Mahin em parceria com a *International Federation of Medical Students* da Faculdade de Medicina de Taubaté, São Paulo, Brasil, no mês de maio de 2022. Participaram do evento 120 pessoas, sendo 82 estudantes dos cursos da área da saúde da Universidade e 38 pessoas da sociedade civil. O evento foi constituído por duas palestras conduzidas por convidadas envolvidas com a temática que utilizaram o método participativo (arte-educadora, atriz e ativista do movimento “Preto e Cultura Popular” e fisioterapeuta preta que atua com pesquisas sobre saúde da população preta), que compartilharam vivências de discriminação racial e abordagem das origens históricas do racismo, suas manifestações na área da saúde e suas implicações no cenário atual da saúde pública brasileira. Cada palestra durou em torno de uma hora e meia e, ao final, um tempo de 30 minutos permitiu questionamentos e discussões entre os participantes e palestrantes. **Conclusão:** O evento proporcionou a discussão do tema do racismo institucional com foco nas barreiras ao acesso da população negra à saúde no contexto acadêmico-

* Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, Brasil. E-mail: laisnyritavb@gmail.com.

** Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, Brasil. E-mail: mariafbmarques@outlook.com.

*** Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, Brasil. E-mail: enffran_tte@hotmail.com.

Autora para correspondência: Laisny Rita Oliveira Vilas Boas. E-mail: laisnyritavb@gmail.com.

universitário. Reforçou a necessidade de estudantes da saúde participarem destas atividades para que consigam acolher, entender e minimizar as desigualdades em saúde que poderão encontrar em seus espaços de formação e de trabalho.

Palavras-chave: Racismo. Saúde das Minorias Étnicas. Políticas Públicas Antidiscriminatórias. Política de Saúde.

ABSTRACT

Introduction: The different facets of racism that affect the Black population in Brazil represent not only a barrier to access to public health services but also an obstacle to the inclusion of this population in higher education in health courses. **Objective:** To describe the experience of participating in an in-person event about institutional racism in the health field. **Experience report:** This is a report of an experience about the event “Racist Health - how did we get here?”, organized by the Black Collective Luísa Mahin in partnership with the International Federation of Medical Students at the Faculty of Medicine of Taubaté, São Paulo, Brazil, in May 2022. One hundred twenty people attended the event, including 82 students from health courses at the university and 38 members of civil society. The event consisted of two lectures led by invited speakers involved with the theme who used a participatory method (art-educator, actress and activist from the “Black and Popular Culture” movement, and a black physiotherapist who works with research on Black health), sharing experiences of racial discrimination and discussing the historical origins of racism, its manifestations in the health field, and its implications in the current Brazilian public health scenario. Each lecture lasted about an hour and a half, and at the end, a 30-minute period allowed for questions and discussions among participants and speakers. **Conclusion:** The event facilitated the discussion of institutional racism with a focus on barriers to Black people's access to health in the academic-university context. It reinforced the need for health students to participate in these activities so they can welcome, understand, and reduce health inequalities they may encounter in their training and work environments.

Keywords: Racism. Health of Ethnic Minorities. Antidiscrimination Public Policies. Health Policy.

RESUMEN

Introducción: Las diferentes vertientes del racismo que afectan a la población negra en Brasil representan no solo una barrera al acceso a los servicios de salud pública, sino también un obstáculo a la inserción de esa población en la educación superior en cursos de salud. **Objetivo:** Describir la experiencia de participar en un evento presencial sobre el racismo institucional en el área de la salud. **Relato de la experiencia:** Se trata de un relato de experiencia sobre el evento “Salud Racista - ¿cómo llegamos a esto?”, organizado por el Colectivo Negro Luísa Mahin en asociación con la Federación Internacional de Estudiantes de Medicina de la Facultad de Medicina de Taubaté, São Paulo, Brasil, en el mes de mayo de 2022. Participaron en el evento 120 personas, siendo 82 estudiantes de los cursos del área de la salud de la Universidad y 38 personas de la sociedad civil. El evento estuvo constituido por dos conferencias conducidas por invitadas involucradas con la temática que utilizaron el método participativo (arte-educadora, actriz y activista del movimiento “Negro y Cultura Popular” y fisioterapeuta negra que trabaja con investigaciones sobre la salud de la población negra), que compartieron vivencias de discriminación racial y abordaron los orígenes históricos del racismo, sus manifestaciones en el área de la salud y sus implicaciones en el escenario actual de la salud pública brasileña. Cada conferencia duró aproximadamente una hora y media y, al final, un tiempo de 30 minutos permitió cuestionamientos y discusiones entre los participantes y las conferencistas. **Conclusión:** El evento facilitó la discusión del tema del racismo institucional con foco en las barreras al acceso de la población negra a la salud en el contexto académico-universitario. Reforzó la necesidad de que los estudiantes de salud participen en estas actividades para que puedan acoger, entender y minimizar las desigualdades en salud que podrán encontrar en sus espacios de formación y de trabajo.

Palabras clave: Racismo. Salud de las Minorías Étnicas. Políticas Públicas Antidiscriminación. Política de Salud.

INTRODUÇÃO

O racismo histórico e suas persistentes consequências continuam a afetar profundamente o acesso da população negra aos serviços de saúde. O racismo pode ser entendido como um conjunto de atitudes, práticas e estruturas que resultam em discriminação, que é o ato de tratar pessoas de forma diferente baseado na cor da pele ou na origem étnico-racial de um indivíduo. Suas manifestações podem ser explícitas, como ofensas diretas, ou sutis, como a negligência no atendimento e a estigmatização institucionalizada (Silva *et al.*, 2023).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988). Esse direito, no entanto, ainda não é plenamente efetivado para toda a população, sobretudo para aqueles que enfrentam desigualdades estruturais relacionadas ao sexo e à raça (Batista *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2024).

A discriminação racial manifesta-se por meio de atitudes conscientes ou inconscientes que geram desvantagens sistemáticas para determinados grupos, especialmente aqueles historicamente marginalizados, como a população negra (Almeida, 2019). O racismo é resultante da desigualdade no tratamento de acordo com a raça. A manifestação social do racismo é a discriminação racial, já a manifestação pessoal do racismo é o preconceito racial caracterizado por atitudes e pré-julgamentos sobre o outro de cor de pele e raça específicas (Santos *et al.*, 2024).

O racismo institucional é caracterizado por práticas e condutas discriminatórias que ocorrem no interior das instituições públicas ou privadas, promovendo a exclusão, o desrespeito e a negação de direitos à população negra. Naturaliza privilégios para uma determinada população e torna invisível outras (Almeida, 2019). No campo da saúde, tais práticas se traduzem em negligência no atendimento, tratamento desigual, barreiras de acesso e na dificuldade de reconhecimento das necessidades específicas dessa população (Oliveira; Guidio, 2022; Gaudenzi; Castro; Chagas, 2023).

Nos últimos cinco anos, pesquisas têm evidenciado a percepção e identificação do racismo em ambientes de saúde, o que contribui para o afastamento da população negra desses serviços. A discriminação racial, ao ser vivenciada ou antecipada, desencoraja a busca por cuidados e assistência, reforçando as barreiras no acesso à saúde (Almeida; Guimarães Junior, 2023; Cândido; Detoni; Silva, 2024).

O Brasil é um país majoritariamente negro (Sousa; Sarreta, 2025). O não reconhecimento do racismo institucional na sociedade, e a afirmação de que ele não existe no Brasil, gera consequências nas instituições de saúde e determinam possibilidades de vida e de morte em um silêncio assustador. É necessário quebrar esse silêncio, falar, discutir, reconhecer e denunciar para que o combate ao racismo institucional seja efetivo (Souza *et al.*, 2024).

Diante da relevância do tema e da urgência em transformar práticas e atitudes em ambientes de saúde e na sociedade, e buscando garantir a equidade no acesso aos cuidados, foi organizado, na Faculdade de Medicina de Taubaté, um evento sobre racismo institucional. A intenção do evento foi trazer informações e promover reflexões para buscar estratégias de combate ao fenômeno da discriminação em instituições originadas pela raça/etnia e cor de pele, com o auxílio da sociedade e de estudantes que estarão atuando no processo de cuidado.

Sob essa perspectiva, o presente artigo teve como objetivo descrever a experiência de participar de evento presencial sobre o racismo institucional na área da saúde.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Este é um relato de experiência sobre o evento “Saúde Racista – como viemos parar aqui?”, organizado pelo Coletivo Negro Luísa Mahin em parceria com a *International Federation of Medical Students* (IFMSA) da Faculdade de Medicina de Taubaté (FMT), na cidade de Taubaté, estado de São Paulo, Brasil, no mês de maio de 2022, com carga horária de quatro horas de duração.

A atividade contou com relatos pessoais das palestrantes convidadas, que compartilharam vivências de discriminação racial e abordagem das origens históricas do racismo, suas manifestações na área da saúde e suas implicações no cenário atual da saúde pública brasileira.

O evento foi realizado no auditório do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Taubaté (Unitau) e teve como público-alvo a população em geral, com ênfase nos estudantes da área da saúde dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia.

Como estratégia de divulgação e para fornecer mais informações sobre o evento, foram utilizadas as redes sociais *Instagram*® e *WhatsApp*®, nas quais, por meio de stories e grupos de conversa, foi possível alcançar principalmente a população jovem da cidade, sendo esta, em sua maioria, composta por estudantes da própria Universidade.

Participaram do evento 120 pessoas, sendo 82 estudantes dos cursos da área da saúde da Universidade e 38 pessoas da sociedade civil. Não foi possível mensurar o número de estudantes por curso, pois no formulário de inscrição havia somente a identificação de qual área era o estudante, não sendo questionado seu curso de graduação.

O evento foi constituído por duas palestras, e ao final de cada uma foi destinado um tempo para discussões e perguntas entre os participantes e palestrantes. Cada palestra durou em torno de uma hora e meia com discussão e indagações ao final de trinta minutos.

A primeira palestra foi conduzida por uma profissional com formação em Artes Cênicas, e atuação como arte-educadora, atriz e ativista do movimento “Preto e Cultura Popular”, que abordou o contexto histórico do racismo, desde seu início até sua presença constante na sociedade atual. Além de contextualizar o racismo no Brasil, a palestrante enriqueceu sua fala com sua própria história de vida, como mulher preta, nascida na periferia e com um histórico de negligência médica.

Em seguida, a segunda palestra contou com a participação de uma fisioterapeuta preta que atua com pesquisas na área sobre saúde da população negra e aprofundou o tema do evento, trazendo estatísticas sobre a precarização do acesso à saúde pela população negra. A fisioterapeuta compartilhou exemplos de sua vivência como profissional preta, que corroboram e confirmam os dados apresentados. Destacou como o racismo dificulta seu reconhecimento social como fisioterapeuta e apontou o baixo índice de pacientes negros buscando tratamento, evidenciando a problemática do sentimento de inferiorização de seus iguais em relação à necessidade e ao direito de acesso à saúde de qualidade.

As palestrantes utilizaram o método participativo, questionando e problematizando com os participantes suas vivências, experiências e percepções sobre o assunto, além do uso

de recursos audiovisuais como *slides*, imagens, gráficos com estatísticas para apresentar os dados.

Houve a interação entre palestrantes e participantes, com troca de ideias, comentários e exemplos, por meio das perguntas aos participantes, os quais interagiram e participaram ativamente.

O evento foi encerrado com a proposta de não apenas aumentar as reflexões sobre o tema, mas também de incentivar os futuros profissionais da saúde a romperem com o estigma vigente, oferecendo maior acolhimento e atenção aos seus pacientes negros, buscando o êxito no tratamento e cuidado desses pacientes. Dessa forma, os profissionais poderão reconhecer a importância individual de cada paciente e, conseqüentemente, tornar a adesão ao tratamento e aos cuidados mais popular e eficaz.

DISCUSSÃO

A palestra da educadora e atriz apresentou o contexto histórico em que o racismo se consolidou no Brasil e como ainda persiste até os dias em que se vive. No final do século XV e início do XVI, a Europa vivia seu apogeu, dominando os mares e sustentando uma ideologia de supremacia racial. Imbuídos dessa visão, os conquistadores europeus – especialmente espanhóis e portugueses – iniciaram a colonização da América, implantando um sistema econômico baseado na escravização de povos indígenas e africanos, processo que lançou as bases do racismo estrutural vigente até hoje (Sodré, 1995). O racismo estrutural estabelece-se por ações realizadas nos níveis culturais, familiares, socioeconômico, político e psicológico que têm como objetivo beneficiar um determinado grupo étnico e manter outros classificados, como os não brancos em posição de subordinação (Campos; Lima; Delphino, 2024).

A adoção sistemática da escravidão indígena gerou, ao longo do tempo, a redução dessa mão de obra, levando os colonizadores europeus a direcionarem sua exploração para o continente africano. Assim, teve início o tráfico transatlântico de pessoas negras, também legitimado pela Igreja Católica, por autoridades políticas e por intelectuais europeus. Um dos exemplos emblemáticos dessa ideologia racista encontra-se no pensamento de Montesquieu, que fundamentava na religião a inferioridade da população negra. Com o fim da escravidão legal em 1888, surgiu a ideologia do embranquecimento, que marcou a transição do racismo de dominação para o racismo de exclusão, ainda presente nas estruturas sociais e institucionais brasileiras (Sodré, 1995).

Além de enriquecer o discurso com sua história de vida – por ser uma mulher preta, nascida na periferia e com histórico de negligência médica –, a palestrante também compartilhou relatos de seu marido, os quais contribuíram para elucidar a questão do acesso à saúde pela população negra. Esse acesso, ainda hoje, reflete desigualdades históricas que persistem no sistema de saúde. Tais desigualdades, no âmbito dos direitos e do espaço público, configuram o racismo institucional, entendido como o fracasso coletivo de uma organização em oferecer um serviço apropriado e profissional a pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica (Gaudenzi; Castro; Chagas, 2023).

Na área da saúde, as desigualdades na atenção e na assistência sanitárias direcionadas a grupos étnico-raciais são evidentes. Entre os fatores que explicam tais disparidades, o racismo estrutural se destaca como o mais preocupante, por estar enraizado nas práticas institucionais e políticas públicas (Batista *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2024).

A prática do racismo institucional na área da saúde afeta de maneira desproporcional as populações negras e indígenas. A invisibilidade das doenças mais prevalentes nesses grupos, a ausência do debate racial na formação dos profissionais de saúde, as barreiras no acesso aos serviços, a menor qualidade da atenção oferecida e as desigualdades na distribuição de insumos contribuem para diferenças marcantes nos perfis de adoecimento e mortalidade entre brancos e negros (Batista *et al.*, 2022; Gaudenzi; Castro; Chagas, 2023; Santos *et al.*, 2024).

Durante a relação do cuidado que ocorre entre o profissional da saúde e o paciente, o racismo pode gerar indiferença, violências físicas e simbólicas, falta de acolhimento, atendimento inadequado ocorrendo até negligência e falta de prestação de serviços (Oliveira; Guidio, 2022).

É essencial, assim, reconhecer que o racismo também se manifesta nas interações interpessoais. Mesmo que o profissional da saúde não se perceba como autor de um ato racista, ao ignorar a percepção da pessoa que sofreu a discriminação, contribui para a perpetuação do racismo institucional. As instituições, por sua vez, quando se omitem ou não criam espaços para discutir e enfrentar tais condutas, tornam-se coniventes, naturalizando e reforçando essas práticas discriminatórias (Gaudenzi; Castro; Chagas, 2023).

É importante destacar que a equidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), o que implica oferecer cuidados diferenciados e específicos para populações em situação de desigualdade, a fim de reduzir vulnerabilidades. No caso da população negra, historicamente submetida à exclusão social, econômica, política e cultural, cabe aos serviços de saúde garantir atendimentos adequados que contribuam para a redução dessas desigualdades (Brasil, 2017).

Sejam usuários ou profissionais, é inegável que a experiência da discriminação racial impacta profundamente a construção das identidades, a produção dos sujeitos e, por consequência, sua saúde física e mental. Assim, é fundamental que os efeitos sociais do racismo sejam visibilizados, para que as instituições se comprometam com medidas concretas de enfrentamento. Ainda que não se possa alterar a sociedade como um todo de forma imediata, é papel das instituições promover ambientes seguros, antirracistas e transformadores dentro de suas próprias estruturas (Gaudenzi; Castro; Chagas, 2023; Louvison; Gonçalves, 2023).

A violência racial manifesta-se por meio de formas sutis de exclusão e microagressões com grande impacto na autoimagem e no desempenho acadêmico e emocional dos estudantes. Pode ser física e/ou psicológica e reflete as desigualdades estruturais da sociedade. A Universidade precisa reconhecer esta forma de violência e implementar medidas para combatê-la (Leal *et al.*, 2024).

O racismo permeia toda a sociedade e não é uma luta apenas de negros, mas sim da sociedade como um todo. A branquitude, lugar de privilégio racial, econômico e político, é parte da questão racial e precisamos discutir isso. Práticas antirracistas são democráticas e não apenas voltadas a um grupo. A preocupação com a representatividade negra nos ambientes de trabalho e nas referências usadas nas pesquisas que desenvolvemos são atitudes antirracistas que podem ser praticadas (Parise; Scandiucci, 2022).

Em vez de silenciarmos diante de uma prática racista, é importante denunciarmos. O pacto do silêncio diante de manifestações racistas, injúria racial, piadas ou trocadilhos ou qualquer outra condição que revele a segregação racial favorece a branquitude e mantém o mito da democracia racial no Brasil (Menezes; Mendes, 2023).

Não houve a avaliação do evento com os participantes, o que pode ser considerado uma limitação, por não se saber qual o efeito gerado sobre a discussão e a reflexão sobre o tema. O Coletivo Negro Luísa Mahin, durante os anos de 2022 e 2023, continuou com atividades de mesas redondas e debates voltados ao racismo e saúde, porém, observou-se que a adesão da comunidade acadêmica foi diminuindo e, consequentemente, não houve mais eventos com esta finalidade. Uma alternativa para minimizar o esvaziamento da comunidade acadêmica é buscar inserir a temática de forma transversal e cotidiana nos currículos de forma dialógica e reflexiva, reforçando as contribuições culturais e históricas da população negra para a formação do Brasil.

Para as autoras do artigo, participar da organização deste evento, e ter participado dos relatos de pessoas negras que vivenciaram e vivenciam essa invisibilidade trouxe uma nova forma de olhar para o outro e perceber suas dores, o que possivelmente não teria sido desenvolvido se não houvesse esta oportunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evento abordou as origens históricas do racismo, destacando como este contribuiu para a exclusão da população negra do acesso aos serviços públicos e como o racismo estrutural impacta tanto a qualidade do atendimento à saúde quanto às oportunidades de inserção e ascensão profissional no campo da saúde brasileira.

Os relatos apresentados pelos palestrantes, baseados em experiências pessoais e familiares, evidenciaram os efeitos concretos do racismo estrutural na vida dos indivíduos negros. A forma como foram – e, por vezes, ainda são – tratados nos serviços de saúde afeta diretamente sua autoconfiança e, muitas vezes, os desencoraja a buscar apoio, o que pode desencadear ou agravar problemas de saúde mental. Esses testemunhos ressaltaram a urgência de mudanças de atitude não apenas por parte dos profissionais de saúde, mas da sociedade como um todo.

Sua realização mostrou-se extremamente necessária e pertinente dentro do contexto acadêmico-universitário, por ter promovido reflexão crítica e engajamento em prol da equidade, mostrando que é importante que estudantes da área da saúde participem destas atividades para que consigam acolher, entender e minimizar as desigualdades em saúde que poderão encontrar em seus espaços de formação e de trabalho.

É importante que tais temáticas sejam abordadas e discutidas nas Universidades para melhor compreensão dos estudantes e comunidade acadêmica, o que tem potencial para promover mudanças necessárias na sociedade quando se trata de questões relacionadas à saúde da população negra. O debate sobre as ações afirmativas, formação de coletivos negros, inclusão de docentes e pesquisadores negros precisa ocupar espaço nas universidades. Em currículos de cursos de graduação em saúde são recomendadas disciplinas, projetos de extensão e de pesquisa que discutam o racismo na saúde, o que pode qualificar o entendimento e a proposta de estratégias de combate ao racismo dentro da própria universidade, com repercussão nos níveis individuais, institucionais e estruturais da sociedade.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.

- ALMEIDA, A. B. de; GUIMARÃES JUNIOR, S. D. Impactos do racismo estrutural para a saúde mental da população negra no Brasil: o que cabe à psicologia. **Estação Científica**, [s. l.], v. 17, p. 1-21, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2610>. Acesso em: 9 maio 2025.
- BATISTA, L. E. *et al.* Produção científica sobre saúde da população negra: revisão de escopo rápida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3849-3860, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07782022EN>. Acesso em: 9 maio 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: almeida
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.
- CAMPOS, L. A.; LIMA, M.; DELPHINO, G. As transformações do racismo estrutural: Entrevista com Eduardo Bonilla-Silva. **Tempo Social**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 261-271, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.224234>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- CÂNDIDO, N. M. de O.; DETONI, P. P.; SILVA, S. G. Percepção de racismo em ambientes de saúde e fatores associados em mulheres negras. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 143, e8692, out./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241438692P>. Acesso em: 9 maio 2025.
- GAUDENZI, P.; CASTRO, A. M. de; CHAGAS, A. Reconhecer o racismo para construir um cuidado efetivamente integral, equânime e universal. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 2466, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.11442023>. Acesso em: 9 maio 2025.
- LEAL, C. N. *et al.* The impact of racial violence in the school context: reflections and proposals. **Cenas Educacionais**, Caetité, v. 7, e21595, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14562581>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- LOUVISON, M. C. P.; GONÇALVES, M. M. Racismo estrutural limita o acesso da população negra aos serviços de saúde. **Jornal da USP**, São Paulo, 7 nov. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-estrutural-limita-o-acesso-da-populacao-negra-aos-servicos-de-saude/>. Acesso em: 9 maio 2025.
- MENEZES, M.; MENDES, L. O silêncio, o silenciamento e o silêncio cúmplice como mecanismos de perpetuação do racismo nas organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, e2022-e0233, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220233>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- OLIVEIRA, L. G. F. *et al.* Reflexões e perspectivas das desigualdades raciais e a saúde da população negra. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 7, n. 15, e151188, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55892/jrg.v7i15.1188>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- OLIVEIRA, L. G. F.; GUIDIO, M. C. M. S. Relações entre racismo institucional e saúde integral da população negra: estudo com a Estratégia de Saúde da Família. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, Salvador, v. 3, e15345, 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/15345>. Acesso em: 9 maio 2025.
- PARISE, C. L. G.; SCANDIUCCI, G. Do pacto narcísico da branquitude à corresponsabilidade: um olhar para o complexo cultural racial. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, [s. l.], v. 40, p. 39-52, 2022. Acesso em: <https://junguiana.sbpa.org.br/revista/article/view/212/280>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- SANTOS, I. N. dos *et al.* O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34025, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434025pt>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- SILVA, D. F. L. da *et al.* Para além do racismo institucional? Uma análise do conteúdo da Política de Saúde para a População Negra. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 2527-2535, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.11602022>. Acesso em: 9 maio 2025.
- SODRÉ, M. Uma genealogia das imagens do racismo. **Folha de São Paulo: Caderno Mais!**. São Paulo, 19 mar. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/19/mais!/10.html>. Acesso em: 9 maio 2025.
- SOUSA, A. C. M. de; SARRETA, F. de O. Racism, the brazilian black movement, and the health of the black population. **ARACÊ**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 2535-2550, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n1-154>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- SOUZA, S. T. H. de *et al.* Vivência de racismo institucional por mulheres negras em serviços de saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, [s. l.], v. 16, n. 2, e16282568, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v16i1.2568>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Fonte de financiamento

Financiamento próprio.

Contribuição das autoras

Laisny Rita Oliveira Vilas Boas - concepção e planejamento do artigo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Maria Fernanda Batalha Marques - concepção e planejamento do artigo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo.

Francine da Costa Alves - concepção e planejamento do artigo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo.

Conflito de interesses

As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Responsabilidade editorial

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Rafael Arenhaldt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

Recebido em: 26/05/2025

Aceito em: 21/07/2025

Publicado em: 25/07/2025